

*XXVIII ENCONTRO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES
DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS*

CARTA DE FLORIANÓPOLIS

OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS, reunidos na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, à unanimidade de votos, **PROCLAMARAM:**

- 1 – as consultas eleitorais são desprovidas de efeito vinculante.
- 2 – A necessidade de os Tribunais Regionais Eleitorais uniformizarem, com máxima presteza, suas classes processuais, de molde a otimizar a consulta à base de jurisprudência.
- 3 – Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral a uniformização das classes processuais.
- 4 – Os critérios para nomeação dos Analistas Judiciários para provimento dos cargos criados pela Lei n. 10.842/04 serão definidos pelos Tribunais Regionais Eleitorais, respeitados os termos da Resolução n. 21.832/04.
- 5 – Deverá ser proposto ao Tribunal Superior Eleitoral a alteração da Resolução n. 21.832//04, no que se refere à designação de servidores para exercer as funções comissionadas de nível FC 01, da primeira instância da Justiça Eleitoral, de molde a permitir que sejam exercidas, também, por servidores requisitados dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, obedecida a proporção estabelecida pela Lei de Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário, além de por servidores integrantes do quadro de pessoal permanente dos Tribunais Eleitorais
- 6 – Por intermédio do Tribunal Superior Eleitoral, a Justiça Eleitoral manifestar-se-á ao Congresso Nacional contrariamente à alteração dos termos do art. 41-A da Lei n. 9.504/97, sendo entendimento do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais que a redação atual deva ser mantida, em prol da dignidade e igualdade nas eleições, bem como em defesa da efetividade das decisões judiciais.



*XXVIII ENCONTRO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES
DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS*

CARTA DE FLORIANÓPOLIS

OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS, reunidos na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, à unanimidade de votos, **PROCLAMARAM:**

- 1 – as consultas eleitorais são desprovidas de efeito vinculante.
- 2 – A necessidade de os Tribunais Regionais Eleitorais uniformizarem, com máxima 4 presteza, suas classes processuais, de molde a otimizar a consulta à base de jurisprudência.
- 3 – Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral a uniformização das classes processuais.
- 4 – Os critérios para nomeação dos Analistas Judiciários para provimento dos cargos criados pela Lei n. 10.842/04 serão definidos pelos Tribunais Regionais Eleitorais, respeitados os termos da Resolução n. 21.832/04.
- 5 – Deverá ser proposto ao Tribunal Superior Eleitoral a alteração da Resolução n. 21.832/04, no que se refere à designação de servidores para exercer as funções comissionadas de nível FC 01, da primeira instância da Justiça Eleitoral, de molde a permitir que sejam exercidas, também, por servidores requisitados dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, obedecida a proporção estabelecida pela Lei de Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário, além de por servidores integrantes do quadro de pessoal permanente dos Tribunais Eleitorais
- 6 – Por intermédio do Tribunal Superior Eleitoral, a Justiça Eleitoral manifestar-se-á ao Congresso Nacional contrariamente à alteração dos termos do art. 41-A da Lei n. 9.504/97, sendo entendimento do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais que a redação atual deva ser mantida, em prol da dignidade e igualdade nas eleições, bem como em defesa da efetividade das decisões judiciais.



7 – Tendo como objetivo uma efetiva fiscalização na correta aplicação dos recursos públicos, deverão ser envidados esforços para a realização de reunião entre os representantes dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal de Contas da União.

8 – Os tribunais Regionais Eleitorais deverão enviar ao Tribunal Superior Eleitoral, até o dia 15 de novembro do ano corrente, sugestões para a reestruturação administrativa da Justiça Eleitoral.

9 – Manifestar, reiterando a carta de Fortaleza, Estado do Ceará, preocupação sobre a reforma do Poder Judiciário, no que diz respeito à composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, que deve ser mantida nos termos tradicionalmente previstos na Constituição da República.

Florianópolis – Santa Catarina, 07 de setembro de 2004.


DES. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA / TRE-CE
Presidente


DESA. EVA EVANGELISTA ARAÚJO DE SOUSA – TRE/AG

DES. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Repres. Presidente TRE/AL

DR. HUGO LEVY FILHO – Repres. Presidente TRE/AM

DES. GILBERTO DE PAULA PINHEIRO – TRE/AP

DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA – TRE/BA


DES. NÍVIO GERALDO GONÇALVES – TRE/DF

DES. MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU – TRE/ES


DES. JOSÉ LENAR DE MELO BANDEIRA – TRE/GO


DR. JOSÉ BERNARDO RODRIGUES – Repres. Presidente TRE/MA

DES. KELSEN DO PRADO CARNEIRO – TRE/MG

DES. CLAUDIONOR MIGUEL ABSS DUARTE – TRE/MS

DES. FLÁVIO JOSÉ BERTIN – TRE/MT


DESA. ALBANO LOBATO BEMERGUY – TRE/PA

DR. CARLOS ANTÔNIO SARMENTO – Repres. Presidente TRE/PB

DES. ANTÔNIO DE PADUA CARNEIRO CAMAROTTI FILHO – TRE/PE


DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR – TRE/PI

DES. MOACIR GUIMARAES – TRE/PR

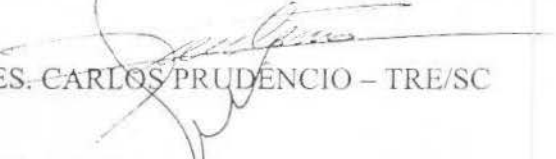
DES. MARCUS ANTONIO DE SOUZA FAVER – TRE/RJ


DES. RAFAEL GODEIRO SOBRINHO – TRE/RN


DES. ELISEU FERNANDES DE SOUZA – TRE/RO

DES. MAURO JOSÉ DO NASCIMENTO CAMPELLO – TRE/RR

DES. PAULO AUGUSTO MONTE LOPES – TRE/RS


DES. CARLOS PRUDENCIO – TRE/SC

DES. ALVARO LAZZARINI – TRE/SP


DES. JOSÉ MARIA DAS NEVES – TRE/TO